**ANEXO I - DECLARAÇÕES**

Na qualidade de representante da pessoa jurídica \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro, para fins de direito e com os efeitos legais, junto ao Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do Ministério Público do Estado da Bahia – FDDF-MPBA, que:

* A proponente é pessoa jurídica idônea e não possui qualquer fato impeditivo para a transferência de recursos oriundos do Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais do Ministério Público do Estado da Bahia – FDDF-MPBA;
* A proponente não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;
* A proponente e seus representante legais estão cientes sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública de acordo com a Lei n. 12.846/2013 e a Lei n. 8.429/1992;
* Os valores contidos na planilha orçamentária não apresentam sobrepreços, pois estão condizentes com as práticas de mercado, incluem todas as despesas legais, fiscais e trabalhistas, bem como representam itens essenciais e pertinentes para a adequada execução do projeto;
* Que não existe conflito entre interesses públicos e privados;
* Que não existe participação, na administração do proponente ou de terceiros executores, de forma direta ou indireta, de membros e servidores do Poder Judiciário ou do Ministério Público, seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
* Que todas as informações e documentos apresentados são verdadeiros.

Local, data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante - CNPJ nº